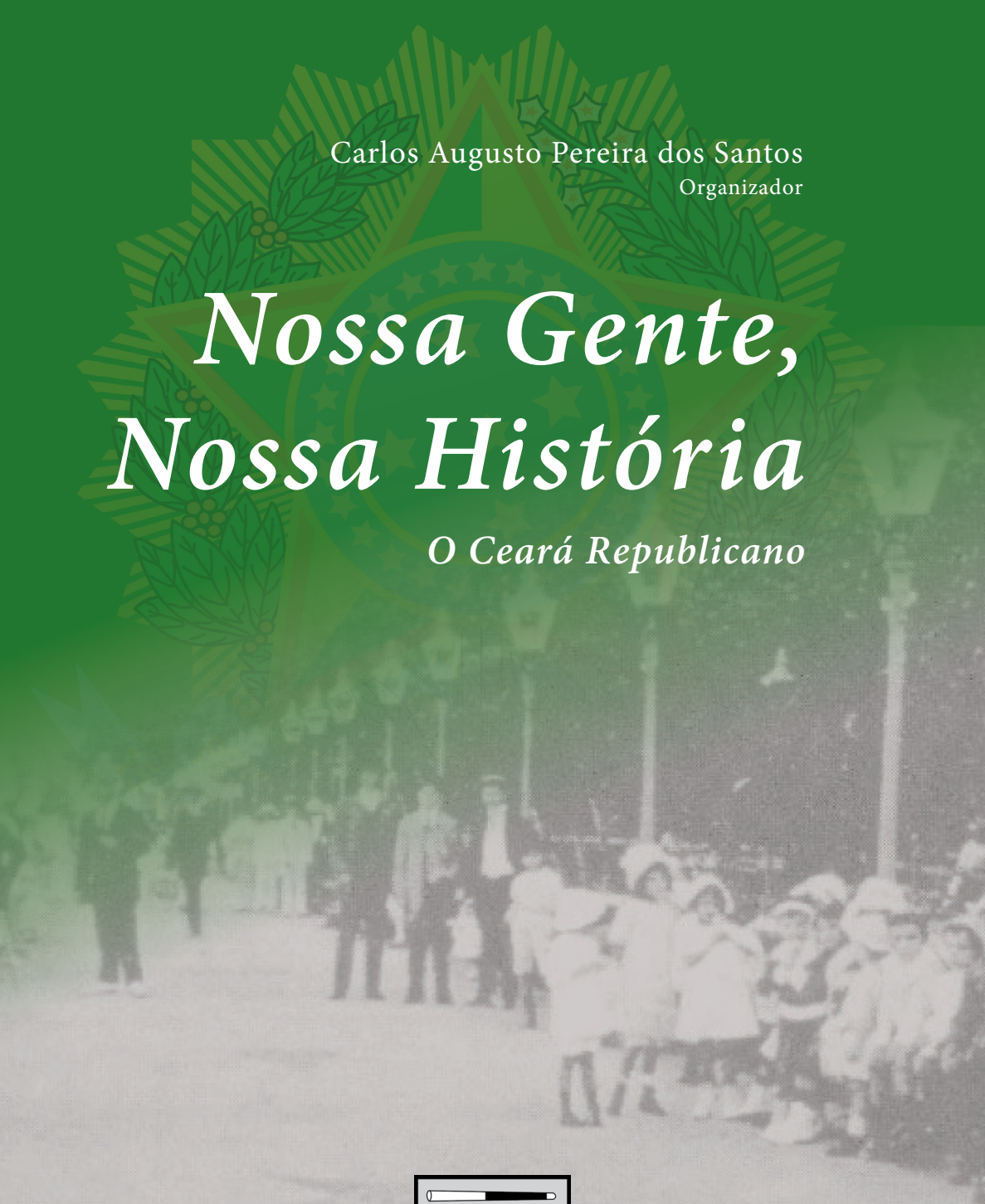
Carlos Augusto Pereira dos Santos
Organizador

Nossa Gente, Nossa História

O Ceará Republicano



Edições UVA

SERTÃO CULT

Carlos Augusto Pereira dos Santos
Organizador

Nossa Gente, Nossa História

O Ceará Republicano

Sobral-CE
2019

Edições UVA

SERTÃO CULT

Nossa Gente, Nossa História. O Ceará Republicano
© 2019 copyright by Carlos Augusto Pereira dos Santos (Organizador)
Impresso no Brasil/Printed in Brasil.
Efetuado depósito legal na Biblioteca Nacional.

Rua Maria da Conceição P. de Azevedo, 1328
Renato Parente - Sobral - CE
(88) 3614.8748 / Celular (88) 9 9784.2222 / 9 9846.8222
sertaocult@gmail.com / mammarco@gmail.com

Conselho Editorial
Adriana Brandão Nascimento Machado
Carlos Augusto P. dos Santos
Isorlanda Caracristi
Nilson Almino de Freitas
Regina Celi Fonseca Raick
Telma Bessa Sales
Virgínia Célia Cavalcante de Holanda

Coordenação Editorial e Projeto Gráfico
Marco Antonio Machado

Revisão
Antonio Jerfson Lins de Freitas

Foto da capa
Passeio público, Fortaleza, 1919

Catalogação na publicação
Leolgh Lima da Silva – CRB3/967

Av. da Universidade, 850 - Campus da Betânia - Sobral - CE
CEP 62040-370 - Telefone: (88) 3611.6613

Filiada à
Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Reitor
Fabianno Cavalcante de Carvalho

Vice-Reitora
Izabelle Mont`Alverne Napoleão Albuquerque

Diretora das Edições UVA
Maria Socorro de Araújo Dias

Conselho Editorial
Maria Socorro de Araújo Dias (Presidente)
Alexandra Maria de Castro e Santos Araújo
Ana Iris Tomás Vasconcelos
Carlos Augusto Pereira dos Santos
Claudia Goulart de Abreu
Eneas Rei Leite
Francisco Helder Almeida Rodrigues
Israel Rocha Brandão
Izabelle Mont'Alverne Napoleão Albuquerque
Maria Adelane Monteiro da Silva
Maria Amélia Carneiro Bezerra
Maria José Araújo Souza
Maria Somália Sales Viana
Maristela Inês Osawa Vasconcelos
Raquel Oliveira dos Santos Fontinele
Renata Albuquerque Lima
Simone Ferreira Diniz
Tito Barros Leal de Ponte Medeiros
Virginia Célia Cavalcanti de Holanda

N785 Nossa gente, nossa história: o Ceará republicano. / Santos, Carlos Augusto Pereira. (Org.) - Sobral: Sertãocult; Edições UVA, 2019.
294p.

ISBN: 978-85-67960-25-8
ISBN: 978-85-9539-035-5
DOI: 10.35260/67960258-2019

1. Sertão. 2. Educação 3. Cultura.
I. Título. II. Santos, Carlos Augusto Pereira.

CDD 981.31

Sumário

Nossa História, Nossa Gente. À guisa de prefácio e apresentação / 5

Parte 1 - O sertão da água, da seca e da religião

1. "O rio é uma riqueza imensa": Usos e tradições sobre a importância da água no sertão de Santa Quitéria-CE (1960-1980) / 9
Maria Malena Paiva Mesquita

2. As mulheres e a seca: sobrevivência feminina em tempos de escassez em Varjota–CE (1980- 1990) / 19
Francisca Clédia Sousa de Oliveira

3. Os bastidores da seca: exploração dos trabalhadores nas frentes de serviço do Açude Araras, Varjota-CE (1951–1958) / 33
Letícia Rodrigues Gonçalves

4. Políticas públicas de combate à seca no município de Croatá-CE (1983-1996) / 45
Caubi Alves Braga
Naiane Nobre Martins

5. A seca e as obras de socorro no Ceará republicano (1889-1915) / 55
Pedro de Souza Filomeno Filho

6. Entre fanáticos e cassacos: a presença da Irmandade da Cruz nos sertões do norte do Ceará (1900-1903) / 65
Raimundo Nonato Fernandes

Parte 2 - O mundo do trabalho e da educação

7. "Se a gente fosse viver só de trabalhar pros outros a gente morria". Memórias da Casa Grande: moradores, rendeiros e agregados na cidade de Alcântaras-CE (1907-1920) / 85
Jaiana Kelly Rodrigues Alcântara

8. "Depois foi que veio essa modernização": as transformações nos engenhos de cachaça artesanal em Alcântaras-CE (1960-2000) / 95
Adelina Lopes Guimarães

9. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Coreaú-CE: criação e processo de organização (1965 a 1990) / 103
Sebastião Ferreira Carneiro

10. O Ensino de História e cultura indígena em Hidrolândia-CE: a Lei 11.645 de 2008 e os meios para uma descolonização da imagem do indígena / 119
Paulo Ênio de Sousa Melo

11. Práticas de combate ao analfabetismo no Ceará / 133
João Henrique Brito Lima

12. A Educação na República / 145
Natanael Lopes Alves

Parte 3 - Culturas e sociabilidades diversas

13. Historiografia e cinema: percepções da diversidade na sétima arte / 157
Vinícius Pereira de Sousa

14. Espaços de sociabilidades homoafetivas em Sobral-CE (1950-2018) / 175
Alan Silva de Morais

15. "Zé Maria mulher": representatividade e resistência umbandista em Sobral / 185
Antonio Tarciano Aragão Sousa

16. "Mas digo uma coisa, não é a gente que cura, mas sim Deus". Memórias de benzedeiras em Alcântaras–CE / 197
Maria Deiziane Lino

17. "Eu entrei nessa brincadeira quando eu era um menino". Memórias sobre o reisado groairense / 205
Raimundo Sousa Alves

18. Corpo em movimento, *Street Dance* e agências de patrimonialização cultural: uma experiência de pesquisa (Sobral-CE) / 221
Cleane dos Santos de Medeiros
Nilson Almino de Freitas

19. Ambivalências poéticas nas canções de Belchior – a ida e o regresso / 233
Francisco Sávio Barbosa do Nascimento

Parte 4 - Política e economia nas tramas do cotidiano

20. A Ação Integralista Brasileira (AIB) e sua influência no interior do Ceará: memórias do Integralismo em Ibiapina / 247
Odail José Martins Freire

21. A economia e seus impactos: Uma análise sobre Camocim (1930-1950) / 255
Valério Samaronni Morais de Queiroz

22. Emissoras de rádio de Camocim: o relacionamento com grupos políticos, cultura e comércio locais (1980-1989) / 261
Maely Alves de Mesquita

23. A história da República passa por aqui! Camocim-CE (1889-1950) / 273
Carlos Augusto Pereira dos Santos

Nossa Gente, Nossa História. À guisa de prefácio e apresentação

No semestre 2018.1, propusemos aos alunos da disciplina de História do Brasil III que escrevêssemos sobre a nossa gente, aquela que está mais próxima de nós, convivendo conosco ou mesmo um pouco distante num passado recente. A ideia era que se aproveitassem as pesquisas que estavam sendo feitas para a escrita dos seus respectivos TCC's e adaptássemos as temáticas para o período republicano, tempo que converge ao estudo da mencionada disciplina acima. Teríamos, portanto, uma espécie de painel do Ceará República, pelos temas levantados nas primeiras aulas. Poucos alunos tiveram de sair do seu raio de pesquisa para cumprir com o objetivo final – publicar um livro com os artigos dos alunos em fase final de curso.

Durante todo o semestre, tivemos a discussão de uma obra que nos serviu de guia e inspiração: *Histórias da Gente Brasileira.* Volume 3, República. Memórias (1889-1950), de autoria da historiadora Mary Del Priore. Foi uma experiência interessante, pois cada vez que as discussões eram estabelecidas, sentíamos que aquelas histórias contadas, no caso do terceiro volume, narradas pelo viés da memória, eram questões que nos diziam respeito, que já ouvíramos contar pelos nossos pais e avós.

Por outro lado, constatamos também que estávamos espacialmente longe dos exemplos contados nas diversas partes do livro referenciado. Apesar do fôlego e do abarcamento da obra empreendida por Mary Del Priore[1], o Nordeste e, especialmente o Ceará, pouco são citados. Logicamente que compreendemos os limites de um projeto editorial desta envergadura e da logística de pesquisa. Para nós, longe disso ser um aspecto desmotivador, ao contrário, fez com que, como se preenchêssemos uma lacuna, jogássemos todas as nossas forças na construção de histórias que representassem e contassem um pouco mais de nós.

O resultado foi a escrita de vinte e três artigos, divididos em quatro partes temáticas que podem ser conferidas no sumário e ao longo do livro. Portanto, empreendemos um mergulho no universo sertanejo, falando da alegria da chegada do inverno, do inferno da seca e das práticas religiosas que beiram o fanatismo (Parte 1). Adentramos no mundo do trabalho e esticamos a jornada para compreendermos os projetos e propostas de escolarização e educação do nosso povo (Parte 2).

[1] *Histórias da Gente Brasileira* é um projeto editorial escrito pela historiadora Mary Del Priore que cobre os diversos períodos da História do Brasil. Volume 1 – Colônia, Volume 2 – Império, Volume 3 – República (1889-1950) e Volume 4 (1950-2000), publicados pela Editora LeYa, 2017.

Por outro lado, foi necessário falarmos da diversidade cultural que nos caracteriza. O que tem em comum o universo *queer* no cinema e as sociabilidades homoafetivas no espaço citadino? O que um pai de santo e um conjunto de mulheres rezadeiras podem nos dizer sobre a prática da cura? Quais são as fronteiras culturais entre dançadores de reisado, jovens bailarinos da periferia e a obra do cantor Belchior? São interrogações que poderão ser respondidas, ou não, lendo-se o conjunto de artigos da Parte 3. Finalizando, como a política e a economia interferem no cotidiano de uma cidade? É o que os autores propõem discutir na Parte 4, evidenciando as características singulares na história dos municípios de Ibiapina e Camocim.

Um último aviso ao leitor. Os textos aqui reunidos são de alunos em formação, mesmo estando em fase final de conclusão de curso. Expressam, portanto, suas trajetórias acadêmicas dentro de seus limites e potencialidades e devem ser entendidos e compreendidos dentro dessa dimensão. Como organizador, procurei interferir o mínimo no processo de orientação da escrita e incentivei que eles dividissem os processos de escrita com seus orientadores. Daí que, a maioria dos textos, já serem partes de suas monografias ou artigos finais de curso.

Dizer, finalmente, que foi gratificante compartilhar saberes e ensinamentos com todos vocês, por isso o faço nominalmente: *Maria Malena Paiva Mesquita, Franscisca Clédia Sousa de Oliveira, Letícia Rodrigues Gonçalves, Caubi Alves Braga, Naiane Nobre Martins, Pedro de Souza Filomeno Filho, Raimundo Nonato Fernandes, Jaiana Kelly Rodrigues Alcântara, Adelina Lopes Guimarães, Sebastião Ferreira Carneiro, Paulo Ênio de Sousa Melo, João Henrique Brito Lima, Natanael Lopes Alves, Vinícius Pereira de Sousa, Alan Silva de Morais, Antonio Tarciano Aragão Sousa, Maria Deiziane Lino, Raimundo Sousa Alves, Cleane dos Santos de Medeiros, Francisco Sávio Barbosa do Nascimento, Odail José Martins Freire. Valério Samaronni Morais de Queiroz e Maely Alves de Mesquita.*

Boa leitura a todos!

Carlos Augusto Pereira dos Santos (Org.)

Camocim, outubro de 2018.

Doi: 10.35260/67960258-p.33-43-2019

3. Os bastidores da seca: a exploração dos trabalhadores nas frentes de serviço do Açude Araras, Varjota-CE (1951–1958)

Letícia Rodrigues Gonçalves[1]

Introdução

Localizado na cidade conhecida atualmente como Varjota, no Estado do Ceará, o Açude Araras foi construído a partir de políticas públicas com o intuito de diminuir os efeitos causados pelas estiagens inerentes ao clima semiárido na região Nordeste. Porém, mais que projetos e cotidiano de trabalho, a grandeza de suas águas escondem histórias amargas que são lembradas até os dias de hoje pelos que participaram desse processo. Nesse sentido, nosso objetivo ao longo deste texto é analisar algumas interpretações que, intencionalmente ou não, são deixadas em último plano. Buscamos investigar vertentes que comumente são deixadas de lado, não por serem irrelevantes, mas por fazerem parte de meios que, de acordo com certas visões, não justificaram os fins. Para tanto, sendo mais específicos em nossa pesquisa, investigaremos a possibilidade de uma exploração da força de trabalho de homens e mulheres que atuaram nas frentes de serviço do açude. Percebendo uma visão intrínseca dessa perspectiva de estudo aos bastidores dessa construção, tentaremos, à luz de estudos desenvolvidos por Castro (2011), Neves (2000), Filho e Souza (1988), entre outros, analisar e refletir sobre algumas memórias e escritos que fazem parte dessa discussão. Dessa forma, poderemos mostrar outros protagonistas dessa história - homens, mulheres e crianças que enfrentaram adversidades não só climáticas, mas notadamente humanas na esperança de alcançar dias melhores.

Como se sabe, o Nordeste não é único lugar do Brasil que sofre com a carência de chuvas. No entanto, é o que padece mais com instabilidades e insuficiências da estação chuvosa. Localizado "quase todo no interior do espaço que se costuma denominar de 'polígono das secas'"[2], o Nordeste, em especial a extensão de terra que hoje conhecemos por Ceará, ao longo do tempo sofreu com profundas estiagens provocadas pelas peculiaridades regionais.

---

[1] Licencianda em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA. Bolsista PIBIC/CNPq. let. rg27@gmail.com

[2] NEVES, Frederico de Castro. A seca na história do Ceará. *In*: SOUZA, Simone de. (Org.) *Uma nova história do Ceará*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2000, p. 76.

As dificuldades para sobreviver com a amarga irregularidade de chuvas inerente ao clima semiárido era uma realidade. As consequências do déficit de água apresentaram em diversos momentos da história um quadro assustador de migrações desenfreadas, fome, sede, miséria, doenças etc. Porém, a fé dos sertanejos, pulsada por um desafio diário de lutas e coragem, também era real. Resistiam não só aos episódios causados pela natureza, mas também, e principalmente, à ação humana. Afinal, o fenômeno da seca não é um caso isolado, um demônio provocador de todo mal, sua ação só foi tão devastadora no aspecto humano, inicialmente pela falta e posteriormente pela precarização do trabalho propiciado pelas políticas públicas implantadas pelo governo.

Muitas são as datas marcadas na história com o símbolo da seca. Com ela acompanharam a sede, a fome, as retiradas, a morte, dentre outras mazelas. Existem muitas vertentes a se pesquisar, no entanto, a trajetória que escolhemos seguir começará pelos anos mais relevantes da nossa pesquisa. Ressaltaremos as datas de 1877 e 1915, pois são cruciais para entendermos a seca como um problema precisando formular estratégias para minimizar seus efeitos. Não esqueçamos igualmente 1953 a 1958, anos em que foram realizadas as obras do Açude Araras.

Antes de continuarmos, importa fazer uma ressalva. Não é nosso objetivo aqui analisar o próprio fenômeno natural da seca, mas seu contexto social, ou seja, a identificação das consequências para os moradores do semiárido, bem como as dificuldades que muitos tiveram que passar para usufruir das políticas públicas, como, por exemplo, o uso da mão de obra dos miseráveis sentenciados pela fome, vítimas em potencial das circunstâncias que os levaram a tal situação. Sabemos que várias construções governamentais ajudaram famílias e municípios inteiros a enfrentarem os períodos de estiagem. Muitos sentem na pele até hoje os benefícios dessas ações. Contudo, ainda existem aqueles que não conheceram várias intencionalidades imbricadas nesse processo e, pior ainda, o preço que ela trouxe para uma grande parcela da população.

A seca no Ceará: a identificação de um problema

Através das suas ações mais acentuadas que ecoam, mesmo que modestamente, até os dias de hoje, os períodos de seca mais conhecidos na historiografia foram registrados nos anos de 1877 e 1915. Porém, a falta de chuvas nessa região já existia há muito tempo, mostrando que estes não foram anos isolados da nossa história, uma vez que:

> Há registros de escassez de chuvas desde os mais remotos documentos sobre o território onde hoje se localiza o Ceará.

> [...] Os primeiros colonizadores, pouco adaptados ao clima, viam-se em dificuldades quando ousavam atravessar o sertão[3] em épocas de poucas chuvas[4].

Sabendo disso, voltamos para os anos citados acima, especialmente 1877, já que é a partir dele que o governo brasileiro começou a lançar olhares de preocupação para a região semiárida. No entanto, essa preocupação não se ligava exatamente à vulnerabilidade do povo ao fator climático, mas sim pela quebra do ritmo do ciclo econômico desenvolvido tanto pela produção algodoeira como pela criação de gado.

> Por isso, 1877 se tornou um marco na compreensão do problema da seca [...] Neste momento, a irregularidade de chuvas deixa de ser "apenas" uma questão climática para se tornar uma questão social, que a todos afeta e que o Estado brasileiro não poderá mais ignorar[5].

Ou seja, o Nordeste sempre sofreu com a seca, algumas vezes mais, outras menos, mas de maneira geral ela sempre esteve presente. No entanto, no instante em que atinge a economia do Estado brasileiro, a escassez de chuvas deixa de ser "apenas" uma "questão climática" e passa a afetar a "todos". Nesse sentido, apesar das reais intenções governamentais, é a partir desse momento que a seca passa a ser vista e enfrentada como um problema social.

A manutenção da produção para subsistência estava passando por um processo de mudança. Inseridos na economia de mercado, a seca mostrara o despreparo de governantes e governados na lida não apenas com a nova "ordem", mas com a antiga também. Questões econômicas e sociais começaram a quebrar a barreira entre o micro e o macro. Sempre ignorados, os problemas vivenciados há muito tempo por minorias chegaram naquele momento a fazer parte do cotidiano das maiorias, causando um desconforto digno de intervenções governamentais.

Nessas circunstâncias, quem mais sofria com as consequências desse despreparo era a população. A seca não esperava e não dava uma trégua. Faltando o básico para viver não restava outra alternativa senão iniciar a saga dos retirantes. Homens, mulheres e crianças, famílias inteiras eram obrigadas a sair de seus lares e tentar a sorte nas grandes cidades, enfrentando todas as adversidades possíveis pelo caminho.

---

[3] O termo "sertão" empregado nessa citação era entendido na época como uma porção de terra afastada do litoral.

[4] NEVES, Frederico de Castro. A seca na história do Ceará. *In*: SOUZA, Simone de. (Org.), *Op. cit*., p. 77.

[5] *Idem*, p. 80.

As localidades eminentemente despreparadas para receber as levas de famintos recém-chegados do interior entregavam-se ao caos. Fortaleza, por exemplo, que iniciara seu processo de embelezamento e mudanças "civilizatórias" foi influenciado pelo contexto europeu da *Belle Époque* (belos tempos) e sofreu sérios transtornos:

> A devastadora seca de 1877-1879, porém interrompeu temporariamente esse fluxo modernizador que instaurava na cidade além de desestabilizar a economia cearense e provocar intenso êxodo rural para a capital, a longa estiagem possibilitou a propagação de uma fulminante epidemia de varíola vitimando mais da metade dos 100 mil retirantes amontoados em abarracamentos providenciados pelo governo na periferia de Fortaleza[6].

A capital cearense se reorganizou, mas não aprendeu. De nada serviram as sequelas deixadas pela seca de 1877. A falta de medidas preventivas ou assistencialistas realmente efetivas não impediu que o mesmo cenário acontecesse novamente. O ano de 1915 chegou com outra porção de famintos fugidos da estiagem. Contudo, com a cidade mais modernizada e com a experiência da seca passada, estratégias foram criadas para que os retirantes não invadissem a cidade e entrasse em contato com as pessoas, especialmente aquelas de nível social alto. Assim, o governo optou por criar o primeiro "Campo de Concentração" do estado no Alagadiço, situado a oeste da capital. As pessoas comumente apelidavam tal lugar de "Currais do Governo", por ser basicamente cercado por arames farpados e servirem "rações" para a alimentação dos miseráveis, que não cessavam de chegar. Estima-se que foram "abrigadas" cerca de oito mil pessoas neste Campo.

Exemplos da seca de 1915 mostram um pouco das mazelas que os retirantes passaram. Os que conseguiam chegar ao seu destino, pouco a pouco se amontoavam no Campo. Vejamos neste momento, através da fala de Conceição, na narrativa do romance *O Quinze*, de Rachel de Queiroz, como aparentavam:

> Quando transpôs o portão do Campo, e se encostou a um poste, respirou mais aliviada. Mas, mesmo de fora, que mau cheiro se sentia! Através da cerca de arame, apareciam-lhe os ranchos disseminados ao acaso. Até a miséria tem fantasia e criara ali os gêneros de habitação mais bizarros[7].

---

[6] PONTES, Sebastião Rogério de Barros da. A Belle Époque em Fortaleza: Remodelação e controle. In: SOUZA, Simone; GONÇALVES, Adelaide Gonçalves... [et al]. *Uma Nova História do Ceará.*– 3. ed. rev. e atual. – Fortaleza, Edições Demócrito Rocha, 2004, p. 167.

[7] QUEIROZ, Rachel de. *O Quinze.* 19ª ed. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1986, p. 68.

Importa dizer que o romance regionalista citado traz no seu contexto social elementos históricos que pertenceram a um tempo e espaço existentes. *O Quinze*, dessa maneira, nos mostra por meio de personagens fictícios situações que muitos retirantes reais vivenciaram durante a seca de 1915 no Ceará.

Observando o impacto da seca para a população percebemos que o fenômeno climático por si só não é detentor de toda a culpa. Por muito tempo ele foi o alvo de todas as mazelas do povo, no entanto, podemos ver que a falta de projetos governamentais contribuíram bastante nos resultados apresentados. Passemos agora para os momentos tardios e desumanos das políticas públicas.

O caminhar do projeto das açudagens

As primeiras tentativas de construir um plano para amenizar os efeitos da seca no Nordeste são observadas no final do século XIX. A necessidade veio por meio da devastadora seca de 1887 que pressionou as autoridades imperiais de então a tomarem partido na situação. Equipes de diversos pesquisadores baseados em modelos estrangeiros montavam projetos iniciais de implantação de açudes, barragens e poços que atendessem à carência da população sertaneja. Um marco deste momento foi a construção do açude Cedro, localizado em Quixadá-CE; suas obras foram iniciadas em 1890 e concluídas em 1906.

Porém, na prática, muitas tentativas do governo para amenizar os distúrbios provocados pela falta d'água não obtiveram grande sucesso, afinal isso nunca tinha sido feito antes, ou pelo menos não dessa maneira. Os projetos mal elaborados acabavam expondo uma desorganização muito grande por parte das autoridades. Desta maneira, era necessária organização, estabelecer departamentos exclusivos e com projetos sólidos para tratar tais assuntos.

Nesse sentido, em 1909, foi estabelecido o primeiro órgão com este intuito, a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS):

> Do ponto de vista programático, a atuação do IOCS era orientada pela concepção de que a seca – como fenômeno climático de irregularidade de chuvas, o que dificultava a agricultura e o abastecimento das cidades – deveria ser combatida pela criação de um sistema de barragens, açudes e poços que pudesse acumular a água em tempos de chuva para ser usada em tempos de escassez. Esta solução ficou conhecida como "solução hidráulica", pois concentrava todas as atenções nos métodos técnicos de estudo do solo e construção de reservatórios d'água[8].

[8] NEVES, Frederico de Castro, *Op. cit.*, p. 86.

Posteriormente, sendo mais especifico, em 1919, o IOCS passa a se chamar Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS). A diferença não estava só no nome, este estava encarregado da implementação de outros tipos de infraestruturas além das açudagens. Foram agregadas as construções de estradas, campos de pouso, eletrificação etc.

E por último, em 1945 foi promovido, transformando-se em autarquia, sendo conhecido até os dias de hoje como Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). Com tal departamento vieram, portanto, ainda mais tipos de construções, como por exemplo: ferrovias, rodovias, canais e especialmente outros açudes nos mais diversos locais do estado, inclusive o Araras, foco do nosso estudo.

A exploração nas frentes de serviço

O Açude Paulo Sarasate, mais conhecido como Açude Araras, fica localizado na cidade de Varjota-CE. Foi construído sobre o leito do Rio Acaraú entre os anos de 1951 a 1958, quando ainda pertencia ao município de Reriutaba-CE. Sob o comando do DNOCS, seu propósito era "fixar o homem no campo", ou seja, impedir novas migrações em momentos de grande estiagem.

Atualmente, além de ser um belo ponto turístico, é o quarto maior reservatório do estado do Ceará. Sua capacidade chaga aos 891 milhões de metros cúbicos de água, abastecendo os municípios de Varjota, Pires Ferreira, Hidrolândia e Santa Quitéria.

Contudo, o Açude Araras, que está em grande evidência hoje, não surgiu do nada e muito menos se fez sozinho. Por trás da grandeza de suas águas houve muito mais do que um simples cotidiano de trabalho. Miséria, sofrimento, fome e exploração fizeram parte do dia-a-dia dos trabalhadores que participaram de todo o processo de sua construção. Homens, mulheres e crianças participaram arduamente da construção do que chamamos peculiarmente de "mina de ouro do Nordeste", tudo para trazer o conforto e a segurança que temos hoje ao atravessarmos períodos de seca. No entanto, na maioria das vezes, tais feitos não recebem notoriedade, ou melhor, são intencionalmente esquecidos.

Os retirantes que migravam em busca de serviço nas barragens vinham dos mais diversos lugares. Sem perder a esperança em dias melhores, lutavam para sobreviver não somente ao fenômeno da natureza inerente ao seu clima, mas também à crueldade do governo com relação aos salários e as condições de trabalho impostas a eles:

> Quando lemos as estatísticas oficiais, relatando a construção de dezenas de açudes e milhares de quilômetros de estradas

> construídas durante as secas do Nordeste, somos propensos a esquecer as péssimas condições de trabalho e de salários ali praticados. Como já dissemos anteriormente, o salário que é pago nas frentes de trabalho sempre foi suficiente apenas para o trabalhador reproduzir a sua miséria. Chegado o inverno termina a seca, e tudo continua na mesma pobreza[9].

Desde o início efetivo das obras do Açude Araras, a precariedade dos trabalhadores era gritante. Fome, doenças, alojamentos ruins, a falta de mantimentos e de dinheiro mostravam a real situação das frentes de serviço. Vivendo nessas condições, logo esses homens adquiriram um apelido bem peculiar.

> Na metade do século XX, os trabalhadores das frentes de serviços das secas do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) já eram apelidados de "cassacos". Esse nome é dado a um animal feio e fedorento no Ceará, Pernambuco, Paraíba e outros estados nordestinos[10].

Dentro de todos esses fatores já mencionados, os cassacos ainda:

> [...] eram humilhados e viviam em condições de risco, mal remunerados e a mercê do jogo político como, por exemplo, o voto de cabresto (os que votavam eram obrigados a apoiar o partido da situação, caso contrário eram ameaçados de demissão) Devido aos destratos sociais a que eram submetidos, com a sigla DNOCS criaram a frase: Deus Não Ordena Cassaco Sofrer[11]. Mas, antes disso, eles usavam a frase: Sofre Cassaco Ordinário Nesse Departamento.

Sabemos que tal tratamento pode ser considerado como exploração do trabalho. Também sabemos que tal abuso pode ser exemplificado de várias maneiras possíveis. Contudo, neste momento, tentaremos explicar e comprovar que houve sim uma ação exploratória nas frentes de serviço, analisando um dos diversos posicionamentos impostos aos trabalhadores, a saber, a questão salarial. Estamos falando aqui de receber certa quantia de acordo com os serviços prestados pela força de trabalho. No entanto, como é possí-

---

[9] FILHO, João Medeiros, SOUZA, Itamar de. *A seca do Nordeste*: um falso problema. Rio de Janeiro: Vozes, 1988, p. 69-70.

[10] CASTRO, Lara de. "Cassacos": trabalho, cotidiano e conflitos nas frentes de serviço na Bahia e no Ceará (1945 – 1962) *In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História* – ANPUH. São Paulo. 2011, p. 01.

[11] Ao longo da escrita, a autora informa que tal frase significa DNOCS, porém, de trás para frente, ou seja, SCOND. As duas frases foram tiradas de depoimentos obtidos, através do uso de História Oral, de alguns trabalhadores que participaram da construção do açude. FARIAS, Gilmara Rejane de. *VARJOTARARAS*. Sobral. Sobral Gráfica. 2010, p. 56.

vel saber o valor necessário que o trabalhador deve receber, uma vez que sua mão de obra não é uma mercadoria? No sentido usual da palavra ela não é, porém, normalmente é tida como tal a partir do momento em que se recebe por ela. Temos que saber que existem peculiaridades que determinam seu valor de maneira mais complexa, tanto em princípios como em especificidades de objetos, como roupas e alimentação por exemplo.

> Como valor, a força de trabalho representa apenas uma quantidade determinada do trabalho social médio nela objetivado [...]. Para sua manutenção, o indivíduo vivo necessita de certa quantidade de meios de subsistência. Assim, o tempo de trabalho necessário à produção da força de trabalho corresponde ao tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistência, ou, dito de outro modo, o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção de seu possuidor[12].

Desse modo, como o valor da força de trabalho é fixado? Segundo Marx, justamente pelo valor de todos os objetos básicos para suprir as necessidades do trabalhador em sua condição de vida. Somemos então o valor da comida, das roupas e calçados, produtos higiênicos, remédios e tudo mais que se faz necessário para sustentar o trabalhador, e o total determina o valor da sua mão de obra. Nesse sentido, "a quantidade dos meios de subsistência têm, portanto, de ser suficiente para manter o indivíduo trabalhador como tal em sua condição normal de vida". Mas que normalidade é essa, como a determinamos? Há diversos tipos de trabalho, onde suas necessidades se distinguem por vários fatores. Existem "necessidades naturais, como alimentação, vestimenta, aquecimento, habitação etc.", que "são diferentes de acordo com o clima e outras peculiaridades naturais de um país"[13]. Então, deve ser levado em consideração atividades que gastam mais ou menos energia, tanto mental como braçal, o tempo que se gasta nesse esforço, as temperaturas, como a exposição em excesso ao calor ou ao frio, ou seja, há uma série de especificidades e necessidades para ambientes e serviços diferentes que devem ser levadas em consideração para a fixação de um salário no mínimo justo para o trabalhador.

Todo esse contexto serve para mostrar que o valor que o trabalhador necessitaria receber deveria pelo menos sustentá-lo de maneira satisfatória, mas o que acontecia nas frentes de serviço do Açude Araras era o contrário disso.

---

[12] MARX, Karl. *O Capital*: O processo de produção do capital. Livro I, volume I. São Paulo: Nova Cultural, 1988, p. 245.
[13] *Idem*, p. 245 – 246.

Notícias do cotidiano de trabalho

Posto tudo isso, vejamos então algumas falas de pessoas que participaram do processo de construção do açude e o que alguns jornais da época falavam sobre sua situação em seu expediente.

O jornal *Tribuna do Povo* (MA), em sua edição de 1954, comunica sobre a II Conferência Nacional de Trabalhadores Agrícolas em São Paulo no ano anterior, onde conquistaram o salário mínimo. No entanto, algumas linhas abaixo também informam sobre a realidade dos trabalhadores do Açude Araras. "o salário-mínimo ainda não está sendo pago. Muitos patrões exigem mais de 10 horas de trabalho. A jornada chega a ser, por vezes, de 16 a 18 horas, como acontece no Açude Araras no Ceará"[14] .

Lembramos contextualmente que estamos na década de 1950 e a diretriz que estabeleceu a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) data de 1º de maio de 1943. Sendo que as proteções ao trabalhador já estavam sendo colocadas em pauta desde o início do Governo Vargas, em 1930. Dentre as mais importantes ressaltamos o salário mínimo e a jornada de 8 horas de trabalho.

O jornal *Imprensa Popular* mostra em seu noticiário como estavam as condições da construção. As mortes, principalmente de crianças, são o destaque. Prestemos atenção primeiramente no título: "A custa de muita miséria está sendo construído o Açude Araras. Vinte e duas crianças nasceram na primeira semana de novembro e todas morreram de fome – Exploração do D.N.O.C.S.". E fala mais ao longo da notícia:

> Na construção do açude de Araras, já chegaram a trabalhar cêrca de 7.630 trabalhadores, dos quais 90 por cento eram lavradores vítimas da sêca que assola o Nordeste. Hoje, êsse número foi reduzido para 5 ou 6 mil e a miséria e a fome se assenhoram completamente a situação. Quem entra em Araras, vindo de Reriutaba, o primeiro quadro que depara é a fila de latadas onde se abrigam os ‹‹cassacos››. São nessas latadas que habitam os trabalhadores do açude, alguns com famílias de doze e dezesseis pessoas[15].

Avistamos aí as condições em que essas pessoas se encontravam. A miséria e a morte por desnutrição é mais que uma exploração, é uma verdadeira escravização disfarçada envolta de uma política pública tida como benevo-

[14] Jornal *Tribuna do Povo* (MA), 7 de Agosto de 1954/Edição 00176, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br

[15] Jornal *Imprensa Popular* (RJ) 17 de novembro de 1953/Edição 01655, p. 4. Disponível em: http://memoria.bn.br. É importante frisar que as palavras utilizadas foram mantidas fielmente à escrita da época, até mesmo os erros gramaticais.

lente. Para piorar o cenário, os engenheiros e mestres de obras que estavam à frente do serviço, além de fornecedores de mercadorias buscavam de toda maneira lucrar em cima do trabalho dos cassacos.

> Além do trabalho verdadeiramente escravo e dos baixíssimos salários, nem mesmo a importância que lhes cabe pelo seu esforço, os operários têm direito de receber, isto porque o D.N.O.C.S., entra em conjunto com os fornecedores, para que estes se encarreguem do assalto aos miseráveis salários dos trabalhadores. Como é notório o pagamento se atrase durante meses seguidos. Então os ‹‹barracões›› fornecem aos operários alimentos pelo duplo ou triplo do preço, razão pela qual no dia do pagamento somente recebiam ‹‹vales›› enquanto o dinheiro vai para as mãos dos fornecedores[16].

Alguns anos se passaram, estamos agora em 1958, período final das obras, e as circunstâncias não mudaram em nada:

> Na construção do Açude Araras, formigueiros humanos abrem estradas e fazem jus a uma diária de 40 cruzeiros. Entretanto, até agora, os trabalhadores não viram a cor do dinheiro. Recebem pagamento em gêneros. Os fornecedores enriquecem a custa da fome e da desorganização administrativa do governo. A "diária" de 40 cruzeiros dá, apenas, para o trabalhador com a família alimentar-se exclusivamente de feijão e só de feijão. Crianças e adultos não comem outra coisa, nem dispõem de qualquer dinheiro para roupas rudimentares[17].

Outra manchete do jornal *Correio da Manhã* fala de uma exploração ainda pior, deixando bem destacada logo em seu título: "Parlamentares nordestinos podem, mas não querem vencer a seca – O governo está explorando mulheres e crianças" e continua no decorrer da informação:

> Enquanto isso – uma hora de avião, no açude de Araras, por exemplo – deparamos com menores franzinos, um até mesmo sem um dos braços, empunhando enxadas e picaretas, castigados pelo sol abrasador tocando as obras do governo. A desorganização é completa, total, absoluta, invertendo-se inclusive o adequamento das idades[18].

[16] Jornal *Imprensa Popular* (RJ) 17 de novembro de 1953/Edição 01655, p. 4. Disponível em: http://memoria.bn.br
[17] Jornal *Correio da Manhã* (RJ), 11 de maio de 1958/Edição 19975, p. 12. Disponível em: http://memoria.bn.br
[18] Jornal *Correio da Manha* (RJ) 13 de maio de 1958/Edição 19976, p. 16. Disponível em: http://memoria.bn.br

Vemos então, um aproveitamento exploratório da mão de obra de toda a família, onde até as crianças participavam. Por isso também, a taxa de mortalidade era maior entre elas. Doenças, miséria, fome junto com o esforço braçal contínuo, formavam uma soma com um resultado fatal.

Considerações finais

Depois de observadas bibliografia e manchetes jornalísticas da época em questão conseguimos encontrar, por diversos momentos, fatores que indicam que houve uma grande exploração, senão, até uma escravização nas frentes de serviço do açude Araras.

Existem trabalhos fora da curva como este, mas pensamos que ainda há muito que fazer, pois geralmente o que é posto no palco é o período inicial das obras como um alento para os sertanejos, o que realmente foi, mas vale ressaltar que não foi apenas isso, a visita de Juscelino Kubitschek à cidade, a finalização e inauguração do açude, outros aspectos como sua grandeza e importância, também participam do contexto. Bom, e onde está a história dos cassacos explorados dia e noite para que o Araras fosse inaugurado? Por que é tão difícil tocar nas cicatrizes do processo?

Portanto, entendemos que ainda há questões a serem respondidas, e que tais inquietações permeiam um campo vasto de pesquisa. As considerações finais, aqui, não significam o fim, apenas indicam mais caminhos a serem estudados e um amplo percurso a ser desbravado em busca de novas histórias que são deixadas nos bastidores.

Fontes

QUEIROZ, Rachel de. O Quinze. 19ª ed. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1986.

Jornal *Correio da Manhã* (RJ), 11 de maio de 1958/Edição 19975.

Jornal *Correio da Manha* (RJ) 13 de maio de 1958/Edição 19976.

Jornal *Imprensa Popular* (RJ) 17 de novembro de 1953/Edição 01655.

Jornal *Imprensa Popular* (RJ) 17 de novembro de 1953/Edição 01655.

Jornal *Tribuna do Povo* (MA), 7 de Agosto de 1954/Edição 00176.

Disponíveis em: http://memoria.bn.br/hdb/uf.aspx

Autores desta obra

Maria Malena Paiva Mesquita, ***Francisca Clédia Sousa de Oliveira****, Letícia Rodrigues Gonçalves,* ***Caubi Alves Braga****, Naiane Nobre Martins,* ***Pedro de Souza Filomeno Filho****, Raimundo Nonato Fernandes,* ***Jaiana Kelly Rodrigues Alcântara****, Adelina Lopes Guimarães,* ***Sebastião Ferreira Carneiro****, Paulo Ênio de Sousa Melo,* ***João Henrique Brito Lima****, Natanael Lopes Alves,* ***Vinícius Pereira de Sousa****, Alan Silva de Morais,* ***Antonio Tarciano Aragão Sousa****, Maria Deiziane Lino,* ***Raimundo Sousa Alves****, Cleane dos Santos de Medeiros,* ***Nilson Almino de Freitas****, Francisco Sávio Barbosa do Nascimento,* ***Odail José Martins Freire****, Valério Samaronni Morais de Queiroz,* ***Maely Alves de Mesquita****, Carlos Augusto Pereira dos Santos*

Nossa Gente, Nossa História é o resultado da escrita de vinte e três artigos, divididos em quatro partes temáticas que podem ser conferidas no sumário e ao longo do livro. Portanto, empreendemos um mergulho no universo sertanejo, falando da alegria da chegada do inverno, do inferno da seca e das práticas religiosas que beiram o fanatismo (Parte 1). Adentramos no mundo do trabalho e esticamos a jornada para compreendermos os projetos e propostas de escolarização e educação do nosso povo (Parte 2).

Por outro lado, foi necessário falarmos da diversidade cultural que nos caracteriza. O que tem em comum o universo *queer* no cinema e as sociabilidades homoafetivas no espaço citadino? O que um pai de santo e um conjunto de mulheres rezadeiras podem nos dizer sobre a prática da cura? Quais são as fronteiras culturais entre dançadores de reisado, jovens bailarinos da periferia e a obra do cantor Belchior? São interrogações que poderão ser respondidas, ou não, lendo-se o conjunto de artigos da Parte 3. Finalizando, como a política e a economia interferem no cotidiano de uma cidade? É o que os autores propõem discutir na Parte 4, evidenciando as características singulares na história dos municípios de Ibiapina e Camocim.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-9539-035-5
9 788595 390355